

INFORMAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL: Desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas maranhenses

Mary Ferreira¹

Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão

Estudo objetiva compreender quais os fatores que levam o Estado do Maranhão a situação de extrema pobreza. A hipótese do pouco investimento na área de cultura e em especial a inexistência de uma política de informação e leitura contribui para acentuar o problema. Esses são alguns pontos discutidos nesse estudo construído a partir de pesquisa de campo e documental que ora se encontra em andamento.

Palavras-Chave: Política de Informação; Informação e Pobreza; .

A proposta desta comunicação é aprofundar o debate sobre a informação como bem social necessário para diminuir as distâncias sociais e as bibliotecas públicas como mediadora do conhecimento e da leitura a partir da implementação de políticas culturais capazes de efetivar as ações públicas do Estado democrático. O Estado democrático é o ponto de partida de nossas análises compreendendo sua constituição administrativa como canal responsável de promover justiça e inclusão social no campo da informação e da leitura. Os indicadores, porém, apontam que as tentativas para instaurar a democracia informacional tornam-se cada vez mais desafiante: os mecanismos para inverter os processos de desigualdade social que tem na informação um fator preponderante têm sido lentos, descontínuos e desarticulados, como evidenciam as políticas públicas voltadas para as bibliotecas públicas no Brasil. Tais análises são focadas no Estado do Maranhão cuja estrutura revela que o modelo de Estado patrimonialista e assistencialista é marcado por relações hierárquicas cujas disputas entre grupos e facções políticas contribuem para a pouca renovação dos gestores públicos refletindo por sua vez na descontinuidade dos projetos implantados.

As reflexões ora apresentadas são parte de estudo que vem sendo realizado na Pesquisa INFORMAÇÃO E DESIGUALDADE SOCIAL: Desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas e da ação dos bibliotecários maranhenses. Nessa comunicação serão apresentadas reflexões sobre a informação como bem social e público e o sentido de democracia articulado com as políticas culturais compreendendo sua inserção no Estado democrático e a forma como estas políticas podem ser efetivadas a partir de projetos de políticas de informação e de leitura

¹ Professora do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. Mestra em Políticas Públicas – UFMA. Doutora em Sociologia UNESP/FCLAr, Ex- bolsista CAPES/Brasil.

que pode contribuir para diminuir as distâncias sociais que separam as comunidades leitoras daquelas que não tem acesso a leitura. No Maranhão essas políticas são interditadas pelos gestores públicos na medida que o Estado é marcado pelo poder oligárquico que dominou o Maranhão por quarenta anos..

Informação como Bem Social na Construção de Sujeitos-Cidadãos/ãs.

Ao observarmos o atual cenário nacional e internacional, identificamos fatores indicativos das mudanças que alteram as relações sociais, econômicas e políticas. Essas mudanças indicam uma nova ordem mundial, que, contudo, ainda não se encontra totalmente desenhada principalmente nos países pobres a exemplo do Brasil cujas desigualdades aponta a existência de dois brasis: um do sul/sudeste e o outro do norte/nordeste.

Neste desenho persiste uma sociedade caracterizada por enormes concentrações de riquezas que gera poder nas mãos de poucos. As distâncias que separam o Brasil dos tempos coloniais é a mesma que separa hoje esses dois brasis acima mencionados.

A herança colonial teve efeitos perversos na formação social e política no Brasil, porém, a persistência na forma como politicamente o Brasil tem sido pensado e administrado tem contribuído para a permanência de dados que acirram a desigualdades refletidas nas análises de Santos (2006) quando afirma analogicamente que a população brasileira que habita o território do Brasil hoje, soma os vários países europeus.

Ao comentar este fato Santos enfatiza que poderíamos juntar uma Itália inteira mais Portugal e ainda de quebra Suíça, e Noruega que todos juntos representam a quantidade dos 53 milhões de pobres que habitam o Brasil ou 34% da população. Desses 53 milhões de pobres, 22 milhões são indigentes, considerados como tal por não alcançarem pelo menos R\$ 60,00 de renda mensal. Tal realidade é mais acentuada nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil onde impera uma pobreza aviltante, fruto do modelo de desenvolvimento implantado no Brasil desde tempos coloniais e alimentado por oligarquias que se perpetuam em alguns desses estados a exemplo do Maranhão. Vejamos os dados apresentados por Santos (2006, p. 126):

Em média, os brasileiros esperam 68 anos de vida, mas os maranhenses somente 64, os paraibanos 63 e os alagoanos 62, bem distantes da média de 71 anos da expectativa gaúcha. A taxa de mortalidade de menores de cinco anos, em consequência de doenças infecto-contagiosas, é de 10% para o Brasil, porém 21% no Ceará e 25% em Roraima. Os cerca de 11% de analfabetos da população brasileira com idade igual ou superior a 15 anos

transformam-se em 30% em Alagoas e 28% no Piauí... Se a média nacional e por decorrência de carteira de trabalho assinada, 62% dos empregados contam com proteção trabalhista e previdenciária, o grupo dos protegidos cai para 38%, 36% no Maranhão e 29% no Tocantins.

Porque permanecem discrepâncias tão acentuadas entre Norte e Sul, entre Nordeste e Sudeste do Brasil, país que detém uma renda per capita semelhante aos países ricos?

Existem várias explicações que não cabem nesta comunicação aprofundar, dentre essas estão às que se referem a concentração de riquezas, a corrupção que assola o País, o modelo de desenvolvimento centralizado nos Sudeste do Brasil, e a pouca renovação das lideranças políticas podem ser evidenciadas como fatores preponderantes dessa processo. Por outro lado, não se pode desconsiderar que a falta de políticas públicas na área de informação e de leitura são fatores que reforçam e contribui para a exclusão de contingentes populacionais que se ressentem de canais de formação continuada e espaços de informação e de leitura para se apropriar de conhecimentos que venham a inverter o quadro acima mencionado e poder assim contribuir para a formação de uma nova geração ou uma nova civilização, como afirma Toffler & Toffler (1995) que traga consigo “novos estilos de família; maneiras diferentes de trabalhar, amar e viver; uma nova economia; novos conflitos políticos e acima de tudo uma consciência modificada”.

Esta nova geração somente será possível quando esta sociedade criar mecanismo que possibilite tratar a informação como matéria-prima indispensável, como bem social e público capaz de promover o seu desenvolvimento social e político.

Sabe-se que a informação é um elemento importante neste novo contexto das relações sociais, pois se constitui em um meio que permite a intercâmbiação informacional entre os sujeitos sociais, de forma a permitir a comunicação e consequentemente o conhecimento de seus direitos e deveres, o que @s leva a tomada de decisões em suas vidas. Desta forma, a informação possibilita aos atores sociais, conhecimentos que @s levam a exercitar sua cidadania, haja vista que mulheres e homens bem informados, tornam-se sujeitos conscientes de sua própria realidade, criando como conseguinte, seus próprios recursos de compreender e interpretar essa realidade, a fim de torná-la lógica e significativa para o conjunto de indivíduos.

É, pois, através do conhecimento adquirido formal e informalmente, a partir de suas experiências e do convívio em sociedade, pelas trocas lingüísticas e reconhecimento de símbolos, em um processo sistemático de formação intelectual e moral do indivíduo, que se processa a construção de sua dimensão enquanto cidadão.

Nesse sentido, a construção da cidadania passa necessariamente pela questão do acesso e uso da informação, “pois tanto a conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres” (ARAÚJO, 1999, p. 2), ou seja, depende de políticas públicas de informação e de leitura que garantam a ampla disseminação, circulação e socialização e, ainda, “de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com maiores oportunidades para todos os cidadãos” (ARAÚJO, 1999, p.2). Enfim, não há exercício pleno da cidadania, se o sujeito não tiver acesso à informação de qualidade e de forma facilitada.

Dessa forma, a informação deve ser vista como um bem social e um direito humano como qualquer outro, tão importante quanto o direito à saúde, à educação, à justiça etc. E mais, a legitimação de homens e mulheres como sujeitos de direitos perpassa necessariamente pela consolidação de seu direito de acesso à informação de qualidade, como condição elementar para a conquista de novos direitos políticos, civis e sociais, em uma sociedade cada vez mais caracterizada pela velocidade de mudanças que nela ocorrem.

A busca pela consolidação de uma sociedade da informação mais equitativa depende, portanto, de implantação e/ou implementação de políticas públicas de informação e leitura como parte de uma política cultural voltadas para a real inclusão do homem e da mulher enquanto cidadãos, em um contexto em que a informação é preconizada como a nova força motriz do desenvolvimento econômico, social e político. O futuro emergirá como resultado da ação humana sobre as políticas informacionais.

A discussão sobre informação como bem social deve ser pensada pelo Estado de forma a concretizar os ideais da política democrática que para Chauí (2004, p.25) “consiste justamente em propiciar ações capazes de unificar a dispersão e a particularidades das carências em interesses comuns e, graças a essa generalidade, fazê-las alcançar a esfera universal dos direitos”.

Uma política de informação e de leitura subteme-se o estabelecimento de prioridades e condições que garantam uma infra-estrutura tecnológica com equipamentos acessíveis em diferentes pontos de circulação intensiva do/a cidadã/ao (sindicatos, união de moradores, centros comunitários, bibliotecas públicas, escolas, tribunais de justiça, clubes de mães, entre outras) com profissionais que atendam, respeitando a diversidade cultural, de gênero, de geração e educacional. A esse respeito Silveira (2001, p.22) diz:

É necessário assegurar o acesso às camadas socialmente excluídas como estratégia fundamental de inclusão social. Mas para que isso não tenha um resultado pífio torna-se indispensável à formulação de políticas públicas de orientação, educação não-formal, proficiência tecnológica e de uso das novas tecnologias da informação.

Em se tratando de políticas e programas de informação e de leitura esses ao serem implementadas, devem responder as necessidades e carências dos segmentos historicamente excluídos da sociedade, exclusão esta que materializa na interdição do direito e acesso a informação e ao conhecimento entre os quais os em ambiente digital.

Estado, Democracia, Políticas Culturais e Políticas de Informação e de Leitura em Debate

O permanente debate público, que se instalou no século XXI sobre os diferentes sentidos de democracia, torna imprescindível clarear sua dimensão política a fim de torná-la mais plausível aos olhos de segmentos sociais que buscam na sua formulação, a possibilidade de operar ações que venham a estabelecer os princípios da igualdade. Para esses segmentos, a igualdade é produzida através de mecanismos que têm, na concentração e na expansão do Estado, canais de efetivação. A relação entre igualdade e liberdade na democracia serve de base às análises que buscam a possibilidade de uma coexistência harmônica entre os dois termos que irão, por sua vez, consubstanciar o processo de desenvolvimento do Estado democrático.

Os problemas que podem acometer o Estado democrático, em razão de sua própria estrutura interna ou em razão de demandas exteriores que se impõe a ele como necessárias e, portanto, refratárias ao debate, são inúmeros. Dentre eles, estão os problemas relacionados com o funcionamento das instituições democráticas, como o legislativo, os partidos políticos, os sindicatos e outras organizações civis - a exemplo

das universidades públicas e bibliotecas públicas - que servem de contraponto na pressão para garantir uma atuação do governo que venham atender aos anseios populares.

Além desses problemas mencionados o grande paradoxo hoje no mundo é como resolver o problema da cisão que se estabeleceu entre o mundo rico e o pobre? Como resolver o problema da exclusão social que tem na fome seu elemento mais cruel da desigualdade? Como elevar os índices de alfabetização e informação que se constituem elementos fundamentais nos processos de inclusão? Como transformar as bibliotecas canais acessíveis das populações pobres que se ressentem de informações que potencialize e fundamente suas necessidades informacionais. Como pensar a democratização dos bens públicos num Estado que não consegue pensar essa problemática?

O que caracteriza em primeiro lugar a democracia é o seu sentido de universalidade, ou se preferir, igualdade. A idéia democrática recusa as distinções, as discriminações e todas as restrições, mesmo as temporárias. O desafio do Estado democrático contemporâneo é:

... por um lado, reconhecer que os indivíduos são posicionados de formas múltiplas, em termos de marcadores identitários como a raça, o gênero, a idade, ou a cultura e, por outro, desenvolver formas de lidar com os processos de exclusão gerados pela concentração de poder e pela impossibilidade de acesso a formas de participação na vida colectiva que tenha justamente em conta essas diferenças. (SILVEIRINHA, 2005, p. 4).

A ideia de democracia é hoje controversa, seu efeito e alcance está relacionado a disputas políticas e está profundamente imbricada ao modelo econômico que tem sido determinante nos limites impostos pelos países que controlam a economia mundial. Além disso, suas muitas denominações: liberal, representativa, direta, deliberativa, participativa, dialógica, radical, cultural, reforça a complexidade de sua dimensão.

Ao discutir os sentidos de democracia cultural Gonzalez (1999) enfatiza a importância da sociedade se apropriar dos bens culturais: do patrimônio histórico, arquitetônico, bibliográfico, artístico como mecanismo para o fortalecimento de sua cidadania.

A discussão sobre democracia cultural se insere na perspectiva de redimensionar o sentido de democracia ampliando sua concepção definida pelo liberalismo como direitos civis ou políticos, introduzindo a idéia de direitos econômicos e sociais. Nesta discussão, defendida pelos movimentos de esquerda, “a ênfase recai sobre a idéia e a

prática da participação, ora entendida como intervenção direta nas ações políticas, ora como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos representantes” (CHAUI, 2004, p. 24).

A democracia cultural se viabiliza a partir de políticas culturais bem delineadas com recursos públicos e/ou privados que tenha como principio promover a socialização dos bens culturais: o livro, o cinema, o teatro, as artes plásticas, a dança, enfim todos os produtos pensados, refletidos, criados pela humanidade. Uma política cultural é segundo Ferreira (2001, p. 8):

Uma ação política e pública baseada em principios administrativos e orçamentários voltados para a melhoria da qualidade de vida da população consubstanciada em ações governamentais que proporcione a todos os segmentos sociais acesso aos bens culturais em uma perspectiva de descentralização e democratização dos espaços de cultura.

Em se tratando das bibliotecas públicas criadas com a finalidade de democratizar o acesso ao livro e a informação, como tem se efetivado sua ação política para viabilizar sua ação administrativa? Qual o modelo de biblioteca pública que tem sido implementado no Brasil? Como tem se efetivado suas políticas no Maranhão?

As Bibliotecas Públicas e sua ação política para democratização da informação e da leitura no Maranhão

Falar das bibliotecas públicas maranhense prescinde situá-las no contexto estadual no qual o Estado do Maranhão se insere como um dos estados mais pobres da federação, cujos indicadores sociais apontam patamares que agride os sentidos daqueles que não acreditam em “miséria crônica”, como alguns governantes classificaram o quadro de pobreza do Maranhão. Ao contrário, creditam a miséria do Estado à ausência de políticas públicas e a problemas relacionados ao modelo de desenvolvimento que foi implantado no Maranhão por um grupo político que desde 1966 comanda os destinos desse Estado, num continuismo marcado por denúncias de corrupção, que nos últimos anos tomou dimensão desproporcional.

Os indicadores sociais aponta o Maranhão como um dos campeões de pobreza com um quadro dramático de trabalho escravo, mortalidade infantil, analfabetismo, mortalidade materna, esterilização de mulheres, gravidez na adolescência, empregados sem carteira assinada, cujas causas são consequência direta e indireta da falta de informação que leva ao não exercício cidadão.

Ao refletir a ação dos governos maranhenses que pensaram políticas culturais nos últimos 30 anos é evidente que João Castelo (1978), Luiz Rocha, (1982) Cafeteira (1986), João Alberto (1989) Edson Lobão (1993) Roseana Sarney (1994-2002) José Reinaldo (2002-2006) desenvolveram políticas voltadas para a cultura e em especial para as bibliotecas, porém é evidente que a descontinuidade dessas políticas se reflete na gestão dos órgãos fomentadores de cultura.

Os sistemas de informação mais conhecidos e mais acessados pela população maranhense são as bibliotecas públicas, as bibliotecas escolares, universitárias, os arquivos e centros de informação. Desses órgãos a Biblioteca Pública Benedito Leite é sem dúvida aquele que mais desenvolve ações voltadas para a população. Criada em 29 de setembro de 1829 a partir de um movimento dos intelectuais maranhenses a Biblioteca Pública Benedito Leite passou um longo período de itinerâncias. As sucessivas mudanças, ocorridas durante toda sua existência, foram extremamente prejudiciais à composição de seu acervo que estava em formação. Ela somente passou a ter sede própria a partir de 1951, no governo de Sebastião Archer, que mandou construir a sua atual sede para abrigar seu acervo. (MORAES, 1973).

No Maranhão as políticas culturais ainda estão alicerçadas em modelos conservadores que vêm legitimar as elites que dominam este Estado há quarenta anos. É uma cultura que “reproduz o autoritarismo das elites” como enfatiza Chauí (1997, p.40) à medida que o povo vai reproduzindo, repetindo, copiando integralmente os padrões culturais vindo das elites; dessa forma, "a cultura do povo, em lugar de ser a recusa do que se passa nas esferas das elites, passa a ser um instrumento para dominação dos que detém o poder, que sustentam o paradigma do "melhor" a que todos aspiram". (CHAUI 1997, p.40).

Nas últimas décadas o que se tem evidenciado no Maranhão são arremedos de políticas culturais, quase sempre desarticuladas de políticas globais que tem relação similar, como por exemplo, as de educação. Os investimentos feitos pelo Estado na Cultura evidenciam a pouca atenção dada a esta área. Os recursos em geral não ultrapassam 1% do orçamento geral do Estado e em se tratando de bibliotecas, estas têm sido negligenciadas pela maioria dos governos, que em geral se limitam a investir em reforma e ampliação do prédio².

² Nos últimos governos, período que compreende os anos de 1994 a 2001 a Biblioteca Pública “Benedito Leite” não passou por nenhuma reforma. A última reforma que a Biblioteca Pública recebeu foi em

Ao refletir sobre as políticas de bibliotecas desenvolvidas no Maranhão nas décadas de sessenta e setenta Ferreira (2006, p.120) enfatiza que estas políticas “são um reflexo da política desenvolvida pelo regime militar, que tinha no Instituto Nacional do Livro o órgão responsável pelas diretrizes que norteavam a implantação e dinamização dessas organizações em todos os Estados Brasileiros”. As bibliotecas públicas implantadas no Maranhão nesse período obedecem as diretrizes do Instituto Nacional do Livro cujo princípio era criar bibliotecas atrelando-as ao regime político como distribuidora de livros para servir a um público limitado. “Esse padrão de atuação não contribuiu para a superação do problema secular da leitura e do acesso democrático à informação no Brasil”(ARAÚJO, 2002, p.52)

A situação somente passa a ser gradativamente transformada a partir de 1983, sob o impacto das mudanças que o Brasil vivenciava naquele momento. Embaladas pela abertura política, pelas diretas já, pela Assembléia Nacional Constituinte, e pelo comportamento dos sujeitos sociais que passaram a pensar um novo modelo para as bibliotecas públicas. (FERREIRA, 2006).

Implantar esse novo modelo de gestão e democratização da informação e da leitura eram dificultados por vários fatores tanto externos quanto internos. Dos fatores externos podemos citar falta de recursos financeiros que garanta a manutenção dos serviços com acervos atualizados e equipamentos informatizados que facilite o acesso da população às redes de informação que é um reflexo da falta de políticas públicas voltada para esta finalidade. Dos fatores internos podemos citar a gestão dessas organizações e sua incapacidade de articular um projeto político capaz de articular as demandas sociais com um plano de ação política que venha a rediscutir o sentido dessas organizações nas sociedades da informação.

Ao caracterizar as políticas culturais implementadas no Brasil Lindoso (2004) enfatiza seu caráter elitista, dispersa, descontínua e conservadora, centrada em geral na figura do produtor e do artista. Pouco tem sido feito no País para a socialização dos bens culturais entre os quais o livro. O Maranhão não é diferente, basta analisar o investimento dado a Biblioteca Pública Benedito Leite nos últimos 30 anos. Essa falta de investimento se traduz em acervo defasado, deteriorado, instalações deficientes,

1993, quando foi reestruturado suas instalações físicas e foi ampliada parte de seu acervo. Nesse período foi criado e desmembrado o setor escolar da biblioteca, atendendo reivindicações da classe estudantil, porém sem resolver o problema desse segmento. Em finais de 2001 o acervo da biblioteca se encontrava completamente depredado, desatualizado, sem que nenhuma atitude tenha sido tomada pelo Estado, pelos órgãos de classe ou pela sociedade.

serviço de extensão inexistente que impossibilita levar atividades de leitura até as camadas menos favorecidas e que tem dificuldade de acesso. Por outro lado as gestões da biblioteca pública tem sido marcadas pela descontinuidade e pela ausência de canais de discussão, de debate e articulação com setores da sociedade que possam contribuir para pressionar o estado por ações públicas que reverta em ampliação e melhoria da qualidade dos serviços oferecidos a população. Tais assertivas estão sendo evidenciados no estudo ora em construção a partir de entrevistas com gestoras da Biblioteca Pública compreendendo o período de 1990 a 2005.

Alguns pontos para Refletir

Como discutir o papel das Bibliotecas Públicas na sociedade atual que desconhece o sentido de democracia cultural e talvez por esta razão tem criado poucas demandas para essa instituição responsável pelo fomento da leitura? Quais os canais de mediação das gestões da Biblioteca Pública para pressionar o Estado por políticas públicas? Como ela tem sobrevivido neste Estado que mantém praticamente inalterado sua linha político-administrativa já que inexistente alternância de poder. O comando das ações do Estado tem uma relação direta e/ou indireta com o poder oligárquico que domina o Maranhão há quarenta anos? O que mudou no mandato atual com a ruptura estabelecida pelo Governo de José Reinaldo Tavares que rompeu com o grupo oligárquico? E o governo Jackson Lago eleito nas eleições de outubro do ano passado, qual é sua proposta política para pensar as políticas de informação voltadas para a maioria silenciosa da sociedade maranhense. Estas são questões postas no desenrolar do estudo e que pode descortinar novas luzes para compreender a relação do Estado e as políticas de informação e de leitura no Maranhão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das Organizações Não-Governamentais brasileiras. *Ciência da informação*, Brasília, v.29, n. 2, p. 155-167, maio/ago.1999.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A palavra e o silêncio: Biblioteca Pública e Estado autoritário no Brasil. João Pessoa, UFPb, 2002.99p.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: Ana Claudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2004.p. 24-31.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 309p.

FERREIRA, Mary. Por uma política cultural para São Luís. **Jornal Folha do Maranhão**. São Luís, 23 set. 2001. Caderno F, p.6, c.1 - 6.

FERREIRA, Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as Bibliotecas Públicas para onde vão? **Transinformação**. v.18, n.2 p. 113-122, maio./ago.,2006

GONZÁLEZ, Jerônimo Martinez. La biblioteca pública en la comunidad iberoamericana. **El Libro en América Latina e el Caribe**. n.87, p.7-21, enero/jun.1999.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um País de leitores?** Política para a cultura, política para o livro. São Paulo: Summus Editorial, 2004.222p.

MORAES, Jomar. **Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1973. 64p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.204p.

SILVEIRA, Emir Amadeu da. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 45p.

SILVEIRINHA, Maria João. Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público. In: http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/06/silveirinha_democraciadeliberativa.pdf. Capturado em 20 de outubro de 2005.

TOFFLER, A; TOFFLER, A. **Criando uma nova civilização: a política da terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1995.